

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. Flávio Nogueira)

Altera a redação do §1º do art. 53 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “Dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “Dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências”, a fim de dispor sobre o registro do nome e do prenome que forem dados ao natimorto.

Art. 2º. O § 1.º do art. 53 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com o nome e o prenome que lhe forem postos, caso seja vontade dos pais.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em nossa legislação atual, os pais de um bebê que nasce morto somente obtêm uma certidão de natimorto - diferente das certidões de nascimento e óbito - contendo apenas dados frios, como data de falecimento, número de semanas gestacionais e *causa mortis*. Não há sentimento algum nesse tipo de documento, nem mesmo a tristeza.

Desde o momento em que há o teste positivo de gravidez, é iniciada uma jornada cheia de expectativas. Uma das primeiras coisas que se é pensada é o nome do bebê. No seio familiar, avós, tios, padrinhos e amigos devotam-se a pedir pela saúde da mãe e do bebê, tornando a gestação um processo mais leve, alegre e tranquilo.

Entretanto, de maneira enlutada, testemunhamos situações como a do casal Vanessa Gomes Lúcio, de 27 anos, e Elias Germano Lúcio, de 35, pais que desejaram a pequenina Sara, que morreu com 37 semanas. Eles são o primeiro casal do Brasil a conseguir registrar o nome e prenome da filha - Sara - na certidão de natimorto, emitida pelo cartório de Barueri, no Estado de São Paulo.

O bebê morreu ainda na barriga da mãe, com 37 semanas de gestação, e só teve o direito a ter o nome registrado graças a um pedido feito à Corregedoria-Geral de Justiça de São Paulo. Ressalta-se que o ordenamento jurídico atual não assegura, aos pais interessados, o direito de se ter um documento com o nome da criança.

Segundo a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN-SP), o Estado registra cerca de 5 mil natimortos por ano. Em outro estudo, mais abrangente, feito pela *London School of Hygiene and Tropical Medicine*, da Universidade de Londres, chamado "*Ending Preventable Stillbirths*", o Brasil ficou atrás de 15 países da América Latina e Caribe, entre eles Nicarágua, Equador, Cuba, Colômbia e Venezuela, em um ranking sobre bebês que morrem antes do nascimento, logo

depois ou durante o parto. Índice brasileiro este de 8,6 natimortos por 1.000 nascimentos, em 2015, número quase três vezes pior do que no Chile (3,1).

Através desses números alarmantes, compreendemos a necessidade da apresentação do referido projeto de lei, no sentido de se reparar uma lacuna em nossa legislação. Embora nascido morto, o bebê viveu além do ventre, sim. Teve uma vida no coração de seus familiares. Um natimorto é/foi, em muitos casos, a chance de perpetuação do nome da família, fruto de uma árvore genealógica. Há, então, direitos da personalidade, que lhe devem ser reconhecidos e respeitados.

Conclamo o apoio dos nobres colegas parlamentares para que essa medida seja aprovada, dada a sensibilidade e motivação desta nobre causa.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2020.



FLÁVIO NOGUEIRA
Deputado Federal

